

Ata Nº 576 – Aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às nove horas, via Skype, iniciou-se a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú–SC**. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Luciano Pedro Estevão, Leandro Teixeira Ghilardi, Bruno Figueredo Arceno, Ellacyane Cardoso Soares Rocha, João Carlos Alves dos Passos, Josiane Hoepers, Wilson Reginatto Júnior, Valdeci Matias, Manuela Pessoa Duarte, Sandra Mara Luchtenberg, Ana Carolina Gomes, Patricia da Costa Oliveira, Cátia Franzoi, Regina Dal Bem. Estiveram presentes: Cinthya Lorga, assessora do Gabinete do Vereador André Meirinho; Aline Rocha, representante da Associação Beneficente Cristã Real Esperança; Maria Ferracini Piconi, representante da Biblioteca Comunitária Bem Viver; Rafaela Souza, representante da Associação Dragão Negro; Eliane Bueno, presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Camboriú; Maurício Rafael Coelho, representante do Conselho Tutelar; Patricia Nicodemus Valenzuela, coordenadora do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência; Kelli Spricigo, representante da Árvore da Vida – Associação Casa das Anas; José Manoel Pereira Neto e Jane Prazeres, representantes do Grupo de Escoteiros Leão do Mar. Pauta 01: Aprovação da Ata nº575. A Ata da Reunião Ordinária nº575, de vinte e sete de julho de dois mil e vinte e um não poderá ser aprovada nesta ata pois ainda não foi concluída. Sendo assim, o presidente informou que a Ata nº575 será aprovada na reunião do dia dezessete de agosto, junto com a ata de hoje. Pauta 02: Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Documentos Expedidos: Memorando nº31.652, de oito de maio, encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, enviando os documentos e o Plano de Trabalho do Projeto Innovation BC Jovem do Instituto A Cabana, inscrito no Edital nº001/2021 – Edital de Chamamento Público e aprovado para a execução, por unanimidade, por este conselho na Reunião de vinte e sete de julho de Dois Mil e Vinte e Um, no valor de Cento e Oitenta Mil Reais e devem ser custeados com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. Documentos Recebidos: Ofício nº004, de vinte e oito de julho, enviado pela Associação Beneficente Cristã Real Esperança, solicitando aditivo de valores ao plano de trabalho devido ao afastamento de uma monitora gestante (Lei nº14.151/21), para contratação de monitora substituta; E-mail de vinte e nove de julho, enviado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA encaminhando o Ofício CEDCA nº069/2021 convidando para assistir à solenidade de Adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, que acontecerá por ocasião do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul, das nove horas as dez e trinta minutos, no dia dezanove de agosto, a ser transmitida simultaneamente pelo canal do YouTube do Conselho Nacional de Justiça no link <https://www.youtube.com/user/cnj>; E-mail de vinte e nove de julho, enviado pela Gestora de Parceria Haydée Assanty, encaminhando para conhecimento, os pareceres de aprovação das prestações de contas das parcerias das entidades Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral e Associação de Proteção Acolhimento e Inclusão Social – PAIS, referentes aos meses de maio e junho de Dois Mil e Vinte e Um. Foram entregues os Relatórios de Atividades das seguintes Organizações da Sociedade Civil – OSC's: Instituto Anjos Sem Asas (Meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (Projeto Equoterapia meses de maio e junho e Projeto PDEAR meses de maio e junho); e Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE (Meses de abril e maio). O conselheiro João levantou a possibilidade deste conselho retornar as reuniões presenciais, em virtude das dificuldades, algumas vezes apresentadas, nas reuniões

virtuais. Sugeriu o auditório da Câmara de Vereadores onde tem espaço suficiente para manter o distanciamento social e os equipamentos necessários para realizar reunião de forma híbrida. O presidente falou que traria essa questão à tona este mês, visto que este CMDCA tinha deliberado continuar realizando as reuniões remotamente até o mês de agosto e que neste mês este CMDCA decidiria novamente sobre o assunto. O conselheiro Valdeci colocou a Associação de Apoio às Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI também à disposição para este CMDCA realizar as reuniões presenciais, visto que fica próximo à Casa dos Conselhos. Há necessidade de se definir um local maior e arejado, visto que a Casa dos Conselhos é um local fechado, sem janelas e a sala de reuniões é pequena para manter o distanciamento social, no caso de reuniões como a do CMDCA que o volume de pessoas é grande. O presidente falou que nos assuntos gerais esse tema seria tratado. Pauta 03: Fórum de Entidades Não Governamentais – Apresentação das ONG's Associação Dragão Negro e Biblioteca Comunitária Bem Viver. O presidente passou a palavra para a integrante do quadro de instrutores da Associação Dragão Negro Sra. Rafaela Souza, que agradeceu a presença e explicou que o projeto desenvolvido pela Associação Dragão Negro se chama Projeto Swat de Taekwondo JTF, que seu presidente é o Sr. Fernando Mazzola e o responsável pelo projeto é o Grão Mestre Clóvis Nunes Ribeiro. Explicou que a sede se localiza na cidade de Balneário Camboriú e foi fundada pelo Grão Mestre Clóvis Nunes Ribeiro, Oitavo Dan, em dez de janeiro de Mil Novecentos e Noventa e Um, estando há mais de trinta anos trabalhando em prol das crianças e adolescentes. O objetivo principal do projeto é oferecer a comunidade, aulas de artes marciais para pessoas que não tem recursos para frequentar uma academia e/ou aulas de artes marciais. Hoje atua principalmente na área de prevenção e socialização com crianças e adolescentes. O projeto SWAT foi implantado no município, em nove de setembro de Dois Mil e Três, mais de dezessete anos no município, tendo como objetivo oferecer por meio da arte marcial para as crianças e adolescentes, em situação de risco pessoal e social, uma condição melhor, sendo um instrumento de apoio pedagógico de contra turno escolar de nossa instituição para com a família e com a escola. Rafaela falou que as principais metas são de atingir as crianças e adolescentes dentro de seus respectivos bairros e também assumir um desempenho de parceria no atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco e na preparação para a sua reintegração familiar e social através do Taekwondo e seus eventos para socialização, bem como crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Os perfis das crianças atendidas pelo projeto são na sua maioria carentes e o projeto visa com isto tentar amenizar o problema enfrentado por estas famílias e por estas crianças e adolescentes. O projeto trabalha com o Taekwondo não somente na parte física, mas na parte emocional dos alunos, portanto todo e qualquer esporte tem papel fundamental para tirar as crianças e adolescentes da ociosidade e da vulnerabilidade social aos quais se encontram. Um ponto positivo neste projeto é o fator como a disciplina física e mental, portanto um meio de resgatar crianças e adolescentes tornando-as adultas na qualidade de vida e numa sociedade mais digna e justa. Para encerrar Rafaela colocou que o objetivo geral do projeto é oportunizar o Taekwondo JTF para sessenta crianças e adolescentes e seus familiares em Balneário Camboriú, retirando-as da ociosidade e afastando-as dos riscos sociais a que estão sujeitas, através dos objetivos específicos que são: cumprir e promover o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ocupar o tempo ocioso, preparar para a vida em sociedade, desenvolver potencialidades artísticas e culturais, promover a autoestima e a auto realização, desenvolver habilidades coletivas e individuais afim de socializar as potencialidades, promover a valorização das relações sociais, e desvendar talentos e gerar adultos comprometidos com uma sociedade justa. O

presidente agradeceu a apresentação da entidade pela Sra. Rafaela, parabenizou o ex-conselheiro Clóvis pelo trabalho desenvolvido tanto na entidade, quanto como conselheiro de direitos. Após passou a palavra para a Sra. Maria Ferracini, representante da Biblioteca Comunitária Bem Viver que iniciou a apresentação agradecendo o espaço e informando que a Biblioteca Bem Viver fica localizada na Rua Peru, número Novecentos e Trinta e Oito, no Bairro das Nações e o horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das treze às dezessete horas. Maria falou que os trabalhos desenvolvidos iniciaram Dois Mil e Seis e eram atendidos não apenas crianças, mas os familiares também, oferecendo cursos de etiqueta, corte e costura, artesanato, curso de pedreiro, de garçom, e com as crianças tinham as atividades de reforço escolar, que com acolhimento e atividades prazerosas buscavam introduzir o reforço escolar. Maria falou que a entidade tem lista de espera, pois as crianças e adolescentes atendidos gostam de estar no ambiente da Biblioteca, pois aprendem a conviver em grupo, aceitar o outro e a aceitar as diferenças. Maria ressaltou que o trabalho desenvolvido pela equipe e principalmente pela presidente Lias Menacho é um incentivo para fazer com que as crianças que ali estão saibam que eles são capazes de alcançar seus objetivos, e ressaltou inclusive que alguns alunos que por ali passaram, hoje desenvolvem serviços voluntários na Biblioteca. Com o Termo de Parceria com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, Maria falou que a entidade consegue atender vinte e duas crianças, e outros recursos são doações voluntárias. Este recurso financeiro recebido pelo fundo, custeiam dois professores que atendem no reforço escolar, um coordenador técnico, um assistente de serviços gerais, lanches (alimentação), material didático e programação de quatro passeios culturais durante do ano. Maria colocou que no ano de Dois Mil e Vinte, devido a pandemia os passeios não foram realizados, tanto que a entidade devolveu este recurso, e que foi um ano muito difícil porque muitas das crianças não tinham acesso aos meios de comunicação remoto, então foi priorizado o contato social através do WhatsApp, mais como apoio psicológico as famílias e crianças. Depois gradualmente os professores foram se adaptando e passando atividades online e para as crianças sem acesso, foi disponibilizado material impresso. O atendimento presencial foi retomado em novembro, com todos os protocolos de segurança, inicialmente com atendimentos individuais. Após, começaram a atender todas as crianças inscritas, com sistema escalonado, de dez crianças por dia, sendo assim até então. Falou sobre a questão da retomada nesta situação de pandemia e das dificuldades encontradas. Apresentou a equipe técnica e explicou que o Projeto Despertar visa despertar e fortalecer na criança o sentimento de cidadania, identidade e pertencimento social através de atividades educativas, lúdicas e prazerosas. Participam do projeto vinte e duas crianças/adolescentes de sete a quatorze anos no contra turno escolar e as principais atividades oferecidas são o reforço escolar, leitura direcionada, atividades de recreação, sessões de cinema, passeios culturais, jogos educativos (bingo das operações, trilha da matemática, spiner da multiplicação, roleta do desafio, roleta das vogais, tabuada molhada, entre outros). Passou as atividades desenvolvidas no ano de Dois Mil e Vinte e Um que foram: inscrições, planejamento pedagógico, passeio cultural no Big Wheel e repassou algumas atividades realizadas antes da pandemia, como o bingo da adição, bloco da tabuada, tabuada molhada, ação sustentável, ballet, passeios culturais como o Museu da História do Futebol em Porto Belo, passeio no Sítio Salto dos Pilões, visita à Câmara de Vereadores, ao Parque Municipal das Grutas de Botuverá, na Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC, turismo em Itajaí, passeio no Parque Unipraias e Teleférico, passeio na Vila Encantada dos Dinossauros, passeio em Pomerode, Festa Junina, Noite do Soninho, Alimentação saudável, manuseio de alimentos, fotografia, aula de Libras, tarde de leitura,

aula de música. O presidente agradeceu a Maria, parabenizou a presidente Lias Menacho pela dedicação e pelo trabalho realizado. Pauta 04: Plano de ação deste CMDCA para o exercício de Dois Mil e Vinte e Dois. O presidente falou que as entidades se reuniram num fórum, dia trinta de julho, na Câmara de Vereadores, para discutir as ações para o próximo ano. Compartilhou o Plano de Ação de Dois Mil e Vinte e Um para mostrar as atividades e explicou que serão acrescentadas as ações levantadas no fórum e também algumas que foram enviadas via e-mail. Luciano explicou estas ações farão parte do Edital de Chamamento Público, que deverá ser publicado ainda este mês para os projetos aprovados para Dois Mil e Vinte e Dois. Essa sugestão de plano de ação será enviada por e-mail para as entidades para análise e para que o plano seja aprovado na próxima reunião. O presidente falou que no Plano de Ação de Dois Mil e Vinte e Um estão ações como oferecer instituição acolhedora, construção de centro de referência da criança e do adolescente que cumprem medidas socioeducativas, implantação de programa família acolhedora e apadrinhamento afetivo, reestruturação da escola de famílias, continuar a realização das abordagens sociais à criança e ao adolescente, manter serviço de internação voluntária, verificar a extensão do programa de prevenção às drogas e fortalecimento emocional, atualizar e recadastrar as Organizações da Sociedade Civil – OSC's e demais órgãos públicos ligados à proteção integral das crianças e adolescentes no SIPIA/CT, proporcionar formação do Conselho Tutelar, manter e ampliar a estrutura física do programa jovem aprendiz, ampliar a equoterapia para todas as entidades, ofertar serviço com equipe multidisciplinar para crianças e adolescentes em todas as deficiências, altas habilidades e transtornos, realização de levantamento estatístico e de avaliação prévia da realidade de crianças e adolescentes com deficiência, ampliação das vagas para atendimentos de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista – TEA, deficiência intelectual e física, Síndrome de Down, oferecimento de capacitação para a Rede de Atendimento e Escuta Especializada, estimulação da construção do Centro de Atendimento Psicossocial Infantil – CAPSi, ampliar os serviços especializados do Posto de Atenção Infantil – PAI, ofertar projetos e cursos ligados as áreas da tecnologia, inovação, engenharia, matemática e empreendedorismo, fomentação da criação de um programa de acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento infantil, contratação de médicos especialistas ou consultas na Rede Privada para crianças e adolescentes, fortalecimento da Atenção Básica e Média Complexidade, ofertar projetos de contraturno escolar para alunos do ensino médio, fomentar a construção do Centro de Internação para adolescente autor de ato infracional ou para adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, com projetos de acompanhamento dos menores, dos pais ou responsáveis, ampliar a oferta de atividades esportivas, culturais e de lazer para crianças e adolescentes, informar a rede de atendimento e a população em geral sobre as escolinhas promovidas pela Fundação Municipal de Esportes – FME e Secretaria de Educação/Projeto Oficinas, disponíveis nos bairros e a forma de acesso, elaboração de cartilha com as ações não governamentais e governamentais para as crianças e adolescentes, manter e ampliar os projetos já existentes, atualizar o Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente do município, incentivar programas que envolvam as forças de segurança e a escola, articular junto ao Congresso Nacional para recebimento de Estatutos da Criança e do Adolescente – ECA's e ampliar a oferta de atendimento psicológico e psiquiátrico para crianças e adolescentes. Luciano falou que a partir deste modelo, com todas as ações já propostas, com as ações levantadas no fórum realizado na Câmara de Vereadores e com as sugestões de ações encaminhadas via e-mail, este CMDCA elaborará o Plano de Ação de Dois Mil e Vinte e Dois e que são ações que farão parte do Edital de Chamamento Público que será lançado ainda este e sugeriu

que o Plano de Ação de Dois Mil e Vinte e Um será enviado a todos para análise, para que na próxima assembleia possa ser concluído e aprovado. O conselheiro Leandro informou que a Secretaria de Saúde está em busca do local com as dimensões necessárias, conforme a Portaria nº336/02 que dá todas as diretrizes sobre a execução da obra. Disse que os funcionários já estão alinhados para contratação e disse acreditar que até o final do ano, o CAPSi estará implantado. Leandro falou que as especialidades dentro do PAI estão atualmente com agenda de psiquiatria infantil, otorrinolaringologista pediatria, ortopedista pediatria, dermatologista pediatria, gastropediatria, que a endocrinologia pediátrica será oficializada final de agosto e colocou que a neurologia pediátrica é a mais complicada, pois não se consegue profissional. Acrescentou que de acordo com o Sistema Único de Saúde – SUS a porta de entrada dos usuários é a Unidade Básica de Saúde, pois a estrutura do SUS faz o encaminhamento para a unidade. Leandro falou que independente do sistema, o PAI está à disposição de todos, principalmente das ONG's, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, enfim, deixou a unidade a disposição. O presidente parabenizou o trabalho realizado e ficou satisfeito em saber sobre o CAPSi, pois é uma necessidade da nossa cidade. O presidente aproveitou e questionou o conselheiro Leandro sobre a sua análise em relação a COVID-19 no município e na questão deste CMDCA voltar com as atividades presenciais. Leandro falou que entende ser positiva a volta das atividades presenciais e agradecendo falou que a estrutura da Associação de Apoio às Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI é ideal, pois é ventilada e arejada, e tem como realizar todos os protocolos de uso de máscara e distanciamento social, e encerrou dizendo que as atividades presenciais são mais efetivas nas articulações e colocam o sistema para funcionar novamente. O conselheiro João falou que estamos no momento com um dos índices de ocupação hospitalar mais baixos dos últimos tempos de pandemia e informou sobre as estatísticas relativas a leitos e internações. João falou que o plano de ação já está bastante completo e lembrou da questão do abrigamento das crianças de Balneário Camboriú, que estão sendo atendidas pela Associação Lar Maternal Bom Pastor do município de Camboriú, através de Termo de Parceria com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e que até o fim deste ano espera-se estarem sendo atendidas novamente por Balneário Camboriú e que caso essa transferência aconteça, esta ação é excluída do plano de ação. O conselheiro tutelar Maurício lembrou da questão da ativação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PET. Entende ser extremamente importância sua ativação pois neste período de pandemia houve muitas denúncias de crianças trabalhando nos semáforos e também pela preocupante incidência de adolescentes trabalhando na construção civil, o que foi aceito por todos. A conselheira Patricia falou que é de suma importância informar estes dados aos Centro Especializado de Referência de Assistência Social – CREAS para atualização e para poder acessar programas no âmbito federal. Maurício falou que muitas das denúncias são de crianças e adolescentes da cidade de Camboriú, sendo realizado o encaminhamento para o órgão de Camboriú. Restou deliberado que o plano será encaminhado, todas estas ações deverão ser revisadas e analisadas para que na próxima reunião o Plano de Ação para Dois Mil e Vinte e Dois seja aprovado. Pauta 05: Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. O presidente passou a palavra a coordenadora Patricia que informou que o comitê realizará a sua reunião mensal de forma presencial na Casa dos Conselhos, dia dez de agosto, a partir das nove horas e estendeu o convite a todos. Patricia ressaltou que esta reunião é muito importante pois discutirão as próximas ações para implantação do Protocolo da Escuta Especializada. Falou sobre o evento realizado no dia de comemoração aos trinta e um anos do Estatuto da Criança e do

Adolescente – ECA, dia treze de julho. Explicou que foi uma reunião técnica, com a participação do Psicólogo Forense do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Ricardo Luiz de Bom Maria, onde foi muito esclarecedor a sua explanação com relação as técnicas de avaliação tanto da escuta especializada, quanto do depoimento especial. Patricia falou que houve também a participação da Psicóloga Jaqueline Hoffmann, especialista em avaliação psicológica e também a participação da Psicóloga Débora Cristina Larcher de Carvalho, servidora pública atuante na área da Assistência Social há quinze anos e atual coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Boqueirão de Curitiba/PR. Patricia ressaltou que o encontro foi muito bom e produtivo. O presidente elogiou o trabalho realizado pelo comitê. Pauta 06: Comissão de Garantia de Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar. O presidente questionou ao conselheiro tutelar Maurício, atual presidente do órgão, sobre as atuais atividades e funcionalidade. Maurício falou que voltou as atividades normais depois do isolamento decorrente da esposa ter sido contaminada pela COVID-19. Falou que a conselheira Caroline também teve que se afastar por suspeita do vírus, mas o período de afastamento, foi menor que o dele. Falou do afastamento da conselheira tutelar Camille, que está gestante, e da substituição pela conselheira suplente Angela Nazari. Disse que houve alguns dias que o quadro de conselheiros não estava completo devido a esses afastamentos, mas que logo voltou a normalidade. O conselheiro João falou que existem alguns pontos referentes ao funcionamento do Conselho Tutelar que são necessários serem revistos por este conselho de direitos, entre eles a questão do plantão, pois o não cumprimento do plantão, apenas do sobreaviso, pode acarretar em uma ilegalidade, pois o plantão está previsto na Lei nº1033/91. João citou que no Artigo Trinta, parágrafo primeiro, fala que o Conselho Tutelar se amoldará a suas necessidades, ressaltando a obrigatoriedade de se manter plantão de vinte e quatro horas permanente, conforme acordado e com a fiscalização de seu presidente. João esclareceu que plantão e sobreaviso são coisas distintas e que a lei é clara e explicou que o CMDCA é um órgão ligado ao Gabinete do Prefeito e responsáveis pela eleição, perda de mandato e salários dos conselheiros tutelares. João falou sobre a autonomia do Conselho Tutelar, do Artigo Cento e Trinta e Um do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, citou o Ministério Público, colocou que a vinculação do órgão com outros entes é meramente administrativa e também citou a Resolução nº170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que é posterior a lei municipal que já previa essa questão. Falou que há necessidade de avançar nesse debate, pois antes das eleições os conselheiros já tinham sido informados sobre a questão do plantão, e não estar cumprindo o mesmo, pode gerar algum procedimento jurídico contra o conselho, pois cabe a ele a fiscalização. Outro ponto levantando pelo conselheiro foi o horário comercial de atendimento ao público. A conselheira Patricia enfatizou que esta fala já foi realizada com o Conselho Tutelar, que a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social inclusive tentou articular propostas para que houvessem mudanças, inclusive do horário de funcionamento, mas não houve mudanças. Patricia sugeriu fazer um documento solicitando o cumprimento da legislação e solicitar esclarecimentos quanto ao motivo do não cumprimento. O presidente sugeriu encaminhar a legislação para o Conselho Tutelar e Ministério Público para conhecimento e falou que a Comissão de Garantia de Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar, deverá oficializar isto. João finalizou explicando que não existe nenhuma posição pessoal relacionada ao assunto e que apenas este conselho está fazendo o que lhe cabe. O presidente falou que o Conselho Tutelar será oficializado. O conselheiro Maurício colocou que esta oficialização é muito importante e falou que não houve articulação e nem conversa da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social com o Conselho Tutelar, e

salientou que por uma necessidade de zelar pela saúde dos servidores se adotou novo horário. Falou que foi solicitado a vacinação antecipada dos profissionais, mas que não foi autorizado nem por parte do município, nem por parte do Estado. Mas que em momento algum o Conselho Tutelar deixou de realizar atendimento e que quando foi comunicado da normalidade da pandemia, o Conselho Tutelar voltou a funcionar em horário normal. A conselheira Patricia se posicionou dizendo que a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social realizou reunião da direção administrativa com os conselheiros tutelares na sede da secretaria, depois houve outro encontro no Gabinete da Secretária, depois houve outra reunião no Gabinete do Prefeito. Patricia falou que houve articulação tanto na mudança do horário, quanto no cumprimento da legislação, falou que foi sugerido ao Conselho Tutelar realizar os plantões nos finais de semana e que durante a semana poderiam fazer o sobreaviso, mas nem assim tiveram devolutiva positiva do Conselho Tutelar. O conselheiro tutelar Maurício falou que a reunião no Gabinete do Prefeito se deu porque a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social não estariam respondendo aos questionamentos do Ministério Público, que a reunião não foi motivada para nenhuma tratativa desse tipo. Enfim, os conselheiros discutiram o assunto. O presidente falou que participou de reunião na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, representando a Comissão de Garantia de Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar e que este CMDCA está ciente dos procedimentos tomados, de alguns avanços e de alguns desafios que virão. O presidente informou que este assunto retornará para pauta da próxima reunião, quando a comissão apresentará documento a ser encaminhado ao Conselho Tutelar, com cópia para o Ministério Público. Pauta 07: Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos: Análise do Plano de Trabalho da Associação Beneficente Cristã Real Esperança. O presidente explicou que esta pauta é referente a solicitação de análise do Plano de Trabalho da Associação Beneficente Cristã Real Esperança, sobre o afastamento de uma monitora que está grávida, e que segundo a Lei nº14.151, de doze de maio de Dois Mil e Vinte e Um, as gestantes devem ser afastadas do local de trabalho por meio de suspensão de contrato de trabalho, sem perder sua remuneração. No ofício a entidade explicou que a princípio a gestante está recebendo um auxílio do governo, ficando para a instituição remunerar apenas a diferença em relação ao seu salário. Explicou ainda que esta lei, que estava prevista até agosto, foi prorrogada até outubro, porém o governo não prorrogou o auxílio, sendo assim, caso o governo não mantenha o auxílio para a gestante, a instituição deverá pagar seu salário de forma integral, mesmo que esteja com o contrato suspenso. A entidade explicou que sem esta monitora em sala de aula, é necessário a contratação de uma nova monitora e a associação não tem condições de contratar outra funcionária enquanto continua remunerando a gestante que está com o contrato suspenso e ressaltou que a monitora afastada é responsável por uma turma de treze crianças e se não houver recursos para a contratação de outra monitora, essas crianças terão que ser dispensadas do projeto e a turma será fechada. A associação não deseja fechar a turma e dispensar as crianças pois sabem da importância deste atendimento às famílias que trabalham e precisam de um local para deixar seus filhos no período de contraturno escolar. A comissão analisou o plano de trabalho e se manifestou falando da legalidade da solicitação, pois o pedido acarretará em aumento de valor e entende que o Plano de Trabalho pode ser modificado, desde que não altere o valor. O presidente falou que a associação enviou cópia do encaminhamento via 1doc, mostrando a consulta à gestora da parceria e a Secretaria de Controle Social do município, onde foi informado que segundo a Lei nº13.019/14, o plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, ou por apostila ao plano de trabalho original. O presidente informou também que a entidade oficializou que o valor

total necessário para esta contratação por quatro meses, a partir de setembro é de Sete Mil, Quinhentos e Dez Reais e Vinte e Quatro Centavos, e serão divididos em quatro parcelas. A comissão sugeriu que a entidade busque junto ao contador informações sobre o possível pagamento da funcionária pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e explicou que um dos critérios da não aprovação do pedido, se deu pela não aprovação de outros pedidos de aumento de valor, por outras Organizações Não Governamentais – ONG's como a Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS e Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral, por exemplo. Sendo assim, a comissão mantém a posição que teve com as outras instituições e sugeriu trazer a pauta para próxima reunião, visando buscar a solução deste problema. Pauta 08: Assuntos Gerais. O presidente pediu para que todos os conselheiros se manifestassem em relação a volta das reuniões presenciais. Falou que este CMDCA tem dois locais a disposição para realização da mesma, que são a Câmara de Vereadores e a AFADEFI. A conselheira Patricia falou que se as reuniões forem na Câmara de Vereadores, elas poderiam ser híbridas, visto que a Câmara tem todos os equipamentos necessários para realização de forma híbrida. Todos os conselheiros se manifestaram a favor de realizar de forma presencial as reuniões deste CMDCA na Câmara de Vereadores e também de realizar a mesma de forma híbrida. Restou deliberado também que na próxima reunião a Associação PAIS apresentará o projeto que foi inscrito no Edital da Fundação Itaú Social. Nada mais havendo a tratar, eu Patricia Humenhuk, secretária-executiva deste conselho, lavro a presente ata que segue assinada pelos conselheiros presentes.



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 18/08/2021 às 09:21:04 (GMT -3:00)

Ata nº576 - Ordinária de 03 de Agosto de 2021.pdf

ID única do documento: #6e7ac624-9ce3-4c2a-8aae-fe223e0044ae

Hash do documento original (SHA256): f0824a1f2729b8da50451e667e549caa561ce7a106621d550be37cfae6af7fd

Este Log é exclusivo ao documento número #6e7ac624-9ce3-4c2a-8aae-fe223e0044ae e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (15)

- ✓ **Ana Carolina Gomes (Participante)**
Assinou em 23/08/2021 às 14:02:41 (GMT -3:00)
- ✓ **Valdeci Matias (Participante)**
Assinou em 18/08/2021 às 09:22:03 (GMT -3:00)
- ✓ **Manuela Pessoa Duarte (Participante)**
Assinou em 18/08/2021 às 09:40:49 (GMT -3:00)
- ✓ **Leandro Teixeira Ghilardi (Participante)**
Assinou em 18/08/2021 às 09:25:35 (GMT -3:00)
- ✓ **Cátia Franzoi (Participante)**
Assinou em 18/08/2021 às 10:30:16 (GMT -3:00)
- ✓ **Luciano Pedro Estevão (Participante)**
Assinou em 19/08/2021 às 20:10:04 (GMT -3:00)
- ✓ **Wilson Reginatto Júnior (Participante)**
Assinou em 18/08/2021 às 09:26:16 (GMT -3:00)
- ✓ **Regina Dal Bem (Participante)**
Assinou em 18/08/2021 às 10:14:11 (GMT -3:00)
- ✓ **João Carlos Alves dos Passos (Participante)**
Assinou em 18/08/2021 às 10:22:19 (GMT -3:00)



- ✓ **Ellacyane Cardoso Soares Rocha (Participante)**
Assinou em 18/08/2021 às 10:17:35 (GMT -3:00)
- ✓ **Sandra Mara Luchtenberg (Participante)**
Assinou em 18/08/2021 às 16:06:55 (GMT -3:00)
- ✓ **Josiane Hoepers (Participante)**
Assinou em 19/08/2021 às 22:20:47 (GMT -3:00)
- ✓ **Bruno Figueredo Arceno (Participante)**
Assinou em 23/08/2021 às 09:27:17 (GMT -3:00)
- ✓ **Patricia da Costa Oliveira (Participante)**
Assinou em 23/08/2021 às 16:18:47 (GMT -3:00)
- ✓ **CMDCA (Participante)**
Assinou em 23/08/2021 às 18:33:42 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora

18/08/2021 às 16:06:55
(GMT -3:00)

Evento

Sandra Mara Luchtenberg (Autenticação: e-mail sandralut@hotmail.com; IP: 179.220.40.12) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

18/08/2021 às 09:22:03
(GMT -3:00)

Valdeci Matias (Autenticação: e-mail afadefi.bal@hotmail.com; IP: 177.55.164.4) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

18/08/2021 às 10:30:16
(GMT -3:00)

Cátia Franzoi (Autenticação: e-mail catiafranzoi@hotmail.com; IP: 179.105.37.199) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

Data e hora**Evento**

18/08/2021 às 09:40:49
(GMT -3:00)

Manuela Pessoa Duarte (Autenticação: e-mail manuela.ap@hotmail.com; IP: 177.16.154.97) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

18/08/2021 às 09:21:06
(GMT -3:00)

CMDCA solicitou as assinaturas.

18/08/2021 às 09:25:35
(GMT -3:00)

Leandro Teixeira Ghilardi (Autenticação: e-mail leandro.ghilardi@bc.sc.gov.br; IP: 45.162.71.49) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

18/08/2021 às 09:26:16
(GMT -3:00)

Wilson Reginatto Júnior (Autenticação: e-mail wreginattojr@gmail.com; IP: 189.8.101.163) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

18/08/2021 às 10:14:11
(GMT -3:00)

Regina Dal Bem (Autenticação: e-mail regina.amalitoral@outlook.com; IP: 179.105.37.199) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

18/08/2021 às 10:17:35
(GMT -3:00)

Ellacyane Cardoso Soares Rocha (Autenticação: e-mail servicossocial.apaebc@gmail.com; IP: 177.156.80.245) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

18/08/2021 às 10:22:19
(GMT -3:00)

João Carlos Alves dos Passos (Autenticação: e-mail joaopassospss@hotmail.com; IP: 138.94.220.204) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

19/08/2021 às 20:10:04
(GMT -3:00)

Luciano Pedro Estevão (Autenticação: e-mail lucianopestevao@yahoo.com.br; IP: 187.255.141.237) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

Data e hora**Evento**

19/08/2021 às 22:20:47
(GMT -3:00)

Josiane Hoepers (Autenticação: e-mail josiane.h@hotmail.com; IP: 201.22.80.163) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

23/08/2021 às 09:27:17
(GMT -3:00)

Bruno Figueredo Arceno (Autenticação: e-mail brunooarc@hotmail.com; IP: 186.225.225.76) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

23/08/2021 às 14:02:41
(GMT -3:00)

Ana Carolina Gomes (Autenticação: e-mail jovemaprendiz@univali.br; IP: 201.25.240.235) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

23/08/2021 às 18:33:42
(GMT -3:00)

CMDCA (Autenticação: e-mail cmdcabalneariocamboriu@gmail.com; IP: 177.25.247.177) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

23/08/2021 às 18:33:43
(GMT -3:00)

Documento assinado por todos os participantes.

23/08/2021 às 16:18:47
(GMT -3:00)

Patricia da Costa Oliveira (Autenticação: e-mail patricia.oliveira@bc.sc.gov.br; IP: 45.162.71.33) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.